

Razões iluminadas e ações predatórias

Luis Humberto

Ao examinarmos o processo cultural em Brasília, devemos admitir a própria cidade como um fato cultural em si, culminância de um momento de intensa afirmação do fazer nacional, corporificado pelo sonho, pela vontade e por uma realidade tecnológica.

Brasília foi uma proposta única e original, concebida a partir de aspirações que procuravam viabilizar uma cidade que fosse, a só um tempo, centro do poder e um lugar para se viver livre das angústias que desqualificam a vida, já claramente existentes àquela época, nos grandes centros urbanos brasileiros.

Muitos dos que para aqui vieram, moveram-se pela percepção de uma dimensão de importância oferecida pela nova capital.

Todavia, nos desvios e perversões de um processo político-econômico instalado no País, Brasília ficou entre as principais vítimas.

Padeceu nas mãos de dirigentes impostos, escolhidos acintosamente contra qualquer padrão de competência e a partir de motivações obscuras, mas, mesmo assim, cresceu.

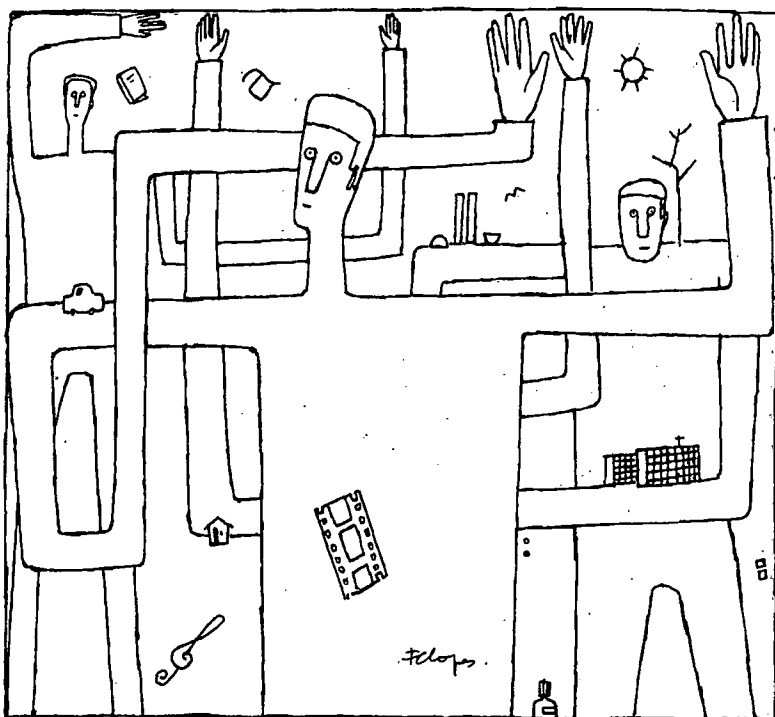
Viveu episódios como o da Universidade de Brasília, cuja crise foi manejada com deliberada frieza na direção de um desfecho catastrófico, e que resultou na liquidação da instituição como um centro de inquietação e busca de soluções para problemas brasileiros. Cortou-se o fluxo vital, transfigurando-a em entidade formadora de profissionais, mais em acordo com uma ênfase tecnocrática em vigência a partir daqueles tempos, em detrimento de uma visão mais abrangente e generosa da vida.

Com isso, toda uma geração de jovens cresceu sem o necessário e fundamental apoio de mestres referenciais.

Rompeu-se o fluir do conhecimento, e interrompeu-se sua transmissão pela ruptura do contato entre os diferentes graus de experiências.

Esse indesejável fenômeno ocorreu nos diversos graus de ensino. Com o uso do dinheiro público, instalou-se um gerenciamento oficial da cultura, anacrônico e elitista, censório e conduzido por pessoas sem o necessário lastro para tal ofício, mas perfeitamente adequados aos desejos do poder.

Adicione-se a esse caldo, uma ação múltipla de colonização cultural: das metrópoles nacionais sobre Brasília — sempre considerada como província — e dos padrões internacionais medíocres, impostos pelos meios de divulgação, principalmente pela televisão, que, além do mais, tratavam a produção e os eventos culturais locais — quando o faziam — de maneira desdenhosa,



tornando-os desimportantes e desestimulando todos aqueles envolvidos no enriquecimento do processo.

Com as esperanças mudanças à vista será possível uma alteração no rumo da política cultural da cidade?

Antes de tudo, nos parece importante uma redefinição do que seja cultura, para daí podermos entender melhor de que forma pode ocorrer uma ação oficial benéfica e produtiva.

Confunde-se cultura com produtos e eventos, mas, na verdade, cultura é um processo, cuja a ocorrência se dá diariamente e com naturalidade.

Decorre da busca de soluções de problemas de diversas naturezas, encontradas a partir das aspirações, individuais e coletivas, dentro das viabilidades de uma realidade sócio-econômica e de uma tecnologia disponível.

Cultura é consequência de um outro fenômeno xifópago: o conhecimento. Ambos se constituem em um amálgama de difícil definição de limites.

São caudais formados por vertentes das mais variadas origens, às vezes, em aparência, inconciliáveis.

Crescem a partir de resíduos deixados por experiências bem ou mal-sucedidas, mas que, de alguma forma, provocaram transformação, seja pelos produtos ou, simplesmente, pela reflexão a que eles nos obrigaram.

Cultura tem a ver com o sentir, o pensar e o agir. Seus produtores somos todos nós, os membros ativos de uma comunidade. Não apenas uma casta unida de excepcionais dotes criativos, mesmo porque a criatividade não é um dom ex-

traordinariamente exclusivo, mas um potencial talento existente em cada um de nós, que para se manifestar depende, tão somente, de condições estimulantes.

Cultura é um bem coletivo, para a formação do qual é fundamental a consciente contribuição individual.

Essa contribuição constitui-se de pensamentos antagonísticos, de conflitos e confrontos, que não devem ser evitados, mas cuidados para que não se tornem destrutivos. Para isso, é preciso adquirir-se o hábito da convivência, da tolerância e recusar-se a intransigência.

O conhecimento tem um alto grau de mobilidade, o que assusta algumas pessoas sempre encasteladas nas verdades da véspera. Isso produz resistência às mudanças e ao reconhecimento da existência de uma possibilidade infinita de manifestações do fazer, principalmente por parte das classes dominantes, que acolhem apenas uma certa gama de manifestações, geralmente de há muito aceitas e consagradas como tendo importância cultural. Isso funciona como um estandarte, e ninguém vai aceitá-lo sendo irreverentemente violado por um agir tão como menor.

Na verdade, a hierarquização da cultura impede uma valorização dos iconoclastas, no fundo, possivelmente importantes renovadores. A ausência de críticos corajosos, preparados e com espaço para uma ação orientadora competente, acima de suas emoções e idiossincrasias, faz com que a comunidade seja frequentemente vitimada por embustes, autônimos transformadores.

Durante todos esses anos, o processo cultural foi mantido vivo em razão de ações isoladas, torna-

das pouco duráveis no momento em que era identificada sua importância.

Foi um paciente trabalho de resistência, de um recomeçar constante, apesar do desestímulo que lhes era destinado.

No instante em que todo País vive a esperança de uma retomada de níveis mínimos de decência e confiabilidade institucional, faz-se urgente uma revisão dos caminhos de uma ação governamental no âmbito da cultura.

Como ela poderia se desenrolar?

Primeiro, é preciso entender que existe uma aspiração de que os nossos governos tenham uma legitimidade reconhecida pela população, que honrem esse aval e gerenciem os recursos públicos de acordo com as reais necessidades do povo. Assim sendo, não haverá pudor em promover cobranças ao poder público nessa área de atuação.

Até então, o poder ordenava recursos como se benesses fossem, e traficava em torno de sua utilização.

Agora, no entanto, essas relações vão ter que assumir faces verdadeiras, sem o que não será justificada toda essa imensa esperança.

Uma ação oficial no campo da cultura deve necessariamente entender um prévio rastreamento de um pulsar cultural da cidade e da região. Sem dirigismo ou paternalismo, despojado de uma visão hierarquizada do fenômeno, deve promover uma investigação das potencialidades e anseios, criar os necessários mecanismos de documentação, preservação, informação e, sobretudo, de estímulo à co-participação.

Deve ser estabelecido um sistema de ações combinadas entre as instituições municipais de cultura e educação e as instituições federais, particulares e internacionais, comprometendo os habitantes da cidade — até agora, queixosos e alheios a uma participação mais efetiva — envolvendo o empresariado no copatrocínio de eventos e projetos, benéficos a uma cidade que afinal lhes dá possibilidade de existir, mas que até o presente momento não soube solicitá-los com o necessário empenho.

Seria importante um levantamento e redefinição dos equipamentos e espaços existentes, mantidos ociosos e aos quais poder-se-ia dar uma destinação mais ativa. Junte-se a isso, o exame da possibilidade de redução da burocracia e das cargas tributárias para os espetáculos e ações de caráter nitidamente cultural. Acrescente-se ainda, o fundamental resgate da Universidade como centro vivo de acúmulo e difusão do conhecimento, nos moldes do espírito que presidiu sua criação.

Uma ação conjunta dessa natu-

reza teria o sentido de provocar uma trama de interações que ampliaria a participação da população — com reciprocidade de compromissos — evitaria o desperdício de recursos e, também, a duplicação de esforços, e ainda agregaria a contribuição de inteligências transformadoras, até o momento enucleadas.

O processo cultural deve ser animado de uma forma ampla, abrangente, com naturalidade, e sem pedantismo. Deve-se evitar o imobilismo. Diante da dúvida, arriscar-se em favor do novo, identificado com competência, e assumir tranquilamente, os riscos inerentes a essa atitude.

Devemos entender a linguagem da cidade, que nos acena, com eloquência, a viabilidade de uma vida mais digna, e que fingimos não entender.

É preciso compreender a necessidade de expressão como um caminho de investigação e transformação da vida, capaz de — se ocorrida sem restrições e censura de qualquer ordem — ampliar o indivíduo, tornando-o muito mais generoso.

Já é tempo de ocuparmos uma cidade que é nossa e que estamos relegando ao descaso, talvez por sermos recém-chegados de nossa própria impotência diante de uma corrupção e incompetência nunca vistas, defendidas sob a sombra de cínicos sofismas.

Devemos estar atentos para as ações vorazes e destruidoras que poderão se abater Brasília.

Devemos estar atentos para as ações vorazes e destruidoras que poderão se abater sobre Brasília.

Apoiadas em argumentos espartamente elaborados, pretendem se justificar na crise, mas, na verdade, estarão mascarando interesses excusos ditados por circunstâncias.

Vamos lembrar que as tão ansiadas mudanças não serão conduzidas por anjos ungidos de sacrosanta pureza, mas por membros dessa humanidade que ainda transita em uma galáxia de imperfeições, desvios e insaciáveis não confessa dos apetites, para quais devemos dedicar a nossa melhor vigilância.

Não podemos nos esquecer de que, fatalmente, irão ocorrer aparições de afáveis demônios, arvorados em herdeiros de feudos inexistentes.

É urgente recuperarmos esta cidade do uso abusivamente predatório, de uma apropriação petulante e indevida, retornando-a ao plano de grandeza na qual foi concebida, que pretendia dar ao homem razões mais luminosas para viver, e a seu espírito a dimensão do universo.

□ Luis Humberto é fotógrafo e atual Decano de Extensão da UnB